



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

15 e 16 de abril de 2017

A Notícia - Notícias

"A primogênita da Darcy Vargas"

A primogênita da Darcy Vargas / Rute Soares da Rosa / Maternidade Darcy Vargas / MDV / Joinville / Assistência obstétrica / Anita Maria Boeing Dallagnolo / Raquel da Rocha Pereira / Humanização / Doulas / Parteiras / Bebês / Fernando Marques Pereira / Curso de Medicina / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Banco de Leite / Projeto Método Canguru / Prêmio Dr. Pinotti / Hospital Amigo da Mulher / Rede Cegonha / Ministério da Saúde / Organização Mundial da Saúde / OMS

SÁBADO E DOMINGO - 15 C 16/4/2017

Maternidade joinvilense celebra, neste domingo, sete décadas de fundação. Para marcar a data, "AN" conversa com Rute Soares da Rosa, a primeira nascida na instituição



PRIMOGENITA DA DARCY VARGAS

GABRIELA FLORÊNCIO
gabriela.florencio@an.com.br

A história da Maternidade Darcy Vargas (MDV), que completa 70 anos neste domingo, se confunde com a de muitos joinvilenses nascidos na cidade, em especial, a de Rute Soares da Rosa, primeira menina nascida na unidade. Era 21 de abril de 1947 quando o casal Tassiana Soares e José Gregório Soares deixou a localidade da Caixa D'Água, em Guaramirim, para iniciar uma nova etapa em suas vidas. O casal pegou carona com um vizinho e, horas depois, desembarcou na rua

Miguel Couto, no bairro Anita Garibaldi, em Joinville, para receber uma simpática menina.

A época, contar com uma maternidade foi um avanço e tanto para as gestantes. Se antes as mães davam à luz os bebês em suas casas, com a inauguração da Darcy Vargas, em 16 de abril de 1947, o serviço de assistência obstétrica foi modernizado e o atendimento melhorou bastante, pois as gestantes passaram a usufruir de uma unidade especializada em partos. Entre uma gargalhada e outra, Rute diz ter muito orgulho de fazer parte desse momento histórico.

— Minha mãe me contava que

a maternidade não estava totalmente pronta. Tinha condições de funcionar, mas ainda faltavam alguns detalhes. Mesmo assim, eu fui a primeira menina nascida no hospital, porque eu era teimosa e já era o meu dia de nascer — conta Rute.

Ao longo de 70 anos, a Darcy Vargas viu nascer aproximadamente 250 mil bebês, um pouco menos da metade da população atual de Joinville, calculada pelo IBGE em 570 mil pessoas. A construção da maternidade começou em 1941, mas a sua inauguração aconteceu apenas seis anos depois, sendo batizada com o nome da mulher do ex-presidente da

República Getúlio Vargas.

A obra também foi um marco histórico para a cidade. Enquanto o mundo tentava se reerguer de um cenário pós-guerra, a maternidade era planejada para melhorar a condição hospitalar da região Norte do Estado. Os jornais da época narravam a busca incessante por melhorias nas condições de higiene e pelo amparo social na área da saúde.

Para Rute, a felicidade de fazer parte da história do hospital está estampada em cada gesto. Ela não esconde que sempre acompanhou a trajetória de crescimento da Darcy Vargas. Relembra também que ganhou da instituição

uma medalha em homenagem ao seu nascimento. O pingente era acessório constante, usado na infância e na adolescência.

Vaidosa, a feição de alegria de Rute só muda quando ela traz à memória o dia em que quase perdeu o pingente de nascimento. Foi em uma noite de muita chuva, nos anos de 1960, quando ela passava pela rua Benjamin Constant, e viu uma rajada de vento levar a peça.

— Olha como este pingente é abençoado (apontando a joia para a imagem de Santa Terezinha). No outro dia, o meu namorado andou por toda a rua e o encontrou no meio das pedras — lembra.

LINHA DO TEMPO

1941



Começa a construção da Maternidade Darcy Vargas.

1947

Em 16 de abril, é inaugurada a primeira maternidade do Norte do Estado (livro de nascidos com os primeiros nascidos em 1947).



1950



A MDV era administrada pelo médico diretor com o auxílio das Irmãs Franciscanas.

1970

As Irmãs deixam a maternidade. Aos poucos, novos funcionários concursados foram levados à instituição deixando o serviço mais especializado.

1980

A maternidade começa as atividades do Banco de Leite. Ainda durante os anos de 1980, a maternidade começa a enfrentar grave crise financeira.

1990



Em julho, o serviço foi transferido para o Hospital Hans Dieter Schmidt, para reforma e ampliação maternidade. Obra durou até março de 1991.

A DEDICAÇÃO da parteira Anita



FOTO SALMO DUARTE



LEMBRANÇA
Rute mostra medalhinha de ouro que ganhou da maternidade quando nasceu

A Maternidade Darcy Vargas construiu muitas histórias em seus 70 anos de existência. Uma delas envolve a parteira Anita Maria Boeing Dallagnolo, que dedicou 15 dos 30 anos de profissão à instituição joinvilense. Hoje com 79 anos, Anita curte a aposentadoria ao lado do marido e da gata Escrenca. Ela lembra que começou a se interessar pela profissão de parteira na década de 1960, quando ainda trabalhava como cozinheira em um hospital em Curitiba.

A época, ser parteira significava ajudar mulheres a darem à luz em situações adversas. Eram necessários dois anos de experiência na função para exercer o cargo, explica Anita. Depois de ficar quase dois anos treinando o ofício em um hospital de Blumenau, ela resolveu partir para o interior do Paraná, onde começou a atender a mulheres em casa.

A parteira demonstra orgulho pela profissão e expressa este sentimento com lágrimas no rosto. Ela conta que, no início, realizava partos em sítios e fazendas. Ia de casa em casa a cavalo. Por viver longe de hospitais, criou um faro para saber como agir nos casos mais críticos. Depois de acumular 16

anos de experiência, ela decidiu mudar o foco e ajudar mulheres dentro de uma maternidade. Foi quando chegou a Joinville para trabalhar na Darcy Vargas, em 1976, onde permaneceu até a aposentadoria, em 1991.

- Tudo era muito diferente naquela época. Nós (parteiras) fazíamos o trabalho de parto em todos os bebês, menos os que precisavam de cesárea. O médico de plantão ficava de sobreaviso caso precisasse de cirurgia - lembra.

Conforme ela, naquela época, o procedimento de parto era bem diferente do que é feito atualmente. Não era permitido para a mãe ter um acompanhante, nem ficar com o bebê no quarto.

- Ainda bem que isso mudou. O contato com a família é fundamental. Lembro de uma vez em que o pai ficava trocando bilhetinhos com a mãe para se comunicar e saber se ela estava bem.

Também recorda das dificuldades financeiras nos anos de 1980 para manter a maternidade aberta, com falta de medicamentos, roupas de cama e até funcionários. Para a sua alegria, a Darcy Vargas sobreviveu, passou por melhorias e hoje celebra sete décadas de serviços prestados à comunidade de Joinville.



REALIDADES DISTINTAS
Anita diz que fazer o parto antigamente era diferente do que é hoje

Uma médica à frente do desafio da reestruturação

O desafio de reerguer a MDV após crise foi oferecido à médica anestesista Raquel da Rocha Pereira. Ela foi diretora da Darcy Vargas de 1993 a 1999. Raquel compreendia que não seria uma tarefa fácil. Unindo valores que reconhecia para a gestão hospitalar e a motivação da equipe, aumentou o índice de satisfação dos pacientes de 42% para 97%, em quase dois anos.

- Só conseguimos reverter o quadro porque dividimos a direção da maternidade com os colabora-

dores. Mesmo ganhando pouco, eles se doaram - afirma.

Na época em que esteve à frente da MDV, a humanização ainda não era pauta constante dos hospitais. Mas Raquel acreditava no protagonismo da gestante durante o parto. Para ela, a unidade foi o berço deste tipo de procedimento, introduzindo o direito de analgesia e de um acompanhante. A semente da gestão participativa implantada por Raquel gera frutos até hoje. A MDV é referência em parto humanizado.

Em 2016, foi a primeira instituição do Estado a permitir que doulas - mulheres que dão suporte físico e emocional às gestantes - acompanhassem as grávidas no nascimento dos bebês. A médica ressalta que a maternidade deve ser apoiada para que chegue aos cem anos.

- Hoje, enxergo a MDV como uma mãe que não nega nada a seus filhos. Mas essa mãe já está na terceira idade. A sociedade e o governo têm que dar o respaldo para que ela continue a crescer - completa.



Só conseguimos reverter e quadro porque dividimos a direção da maternidade com os colaboradores.

RAQUEL DA ROCHA PEREIRA, ex-diretora da Maternidade Darcy Vargas.

1991

Processo de municipalização por meio de convênio assinado no dia 18 de dezembro, entre a Secretaria da Saúde de Joinville e a Secretaria da Saúde de Santa Catarina. O gerenciamento da unidade passa a ser feito pelo município. Também começa o processo para eleger o diretor da MDV.

1994

Recebeu o Prêmio Hospital Amigo da Criança, conferido pelo Unicef.

1996

Rebateu do Ministério da Saúde (MS) o título de Maternidade Segura.

1997

Reconhecida como centro de referência docente-assistencial da saúde da mulher.

2000

A MDV passou a usar o Método Mãe Canguru.

2004

Recebeu o 4º Prêmio Professor Galba de Araújo, também concedido pelo MS.

2005

Credenciada pelo Ministério da Educação como hospital de ensino.

2006

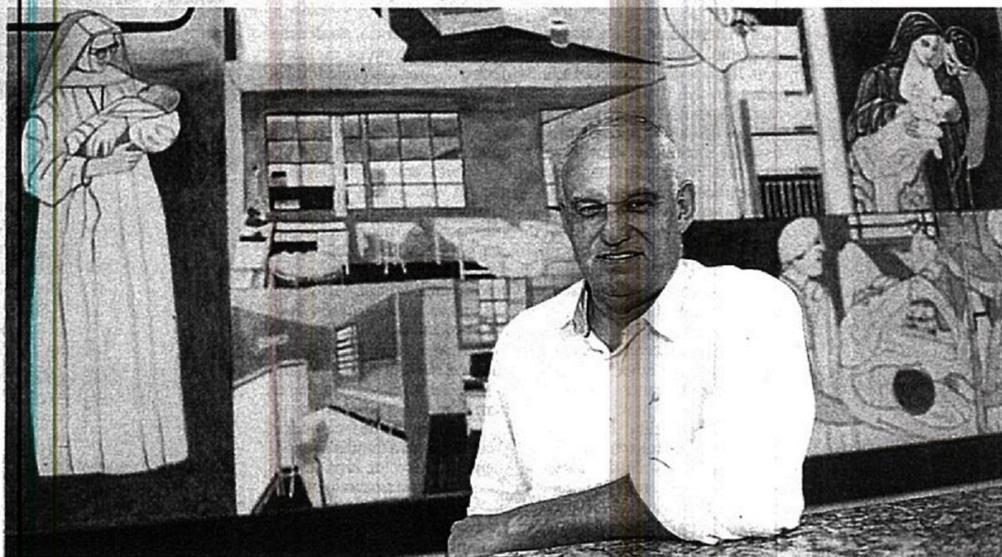
Passou a ter os atendimentos 100% pelo SUS.

2016

Recebeu o Prêmio Dr. Pinotti, instituído pela Câmara de Deputados. No mesmo ano, SC teve lei que autoriza as doulas, e a MDV saiu à frente e serviu de base para o projeto de lei estadual.

"Trabalhamos pensando na HUMANIZAÇÃO"

O médico pediatra Fernando Marques Pereira atua como diretor da Maternidade Darcy Vargas (MDV) desde abril de 2011. Natural de Joaçaba, no Meio-oeste de SC, formou-se em medicina pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1984. Fez residência médica infantil no Hospital Joana de Gusmão, em Florianópolis, e participou da diretoria da Sociedade Joinvilense de Medicina (SJM). Com especialização em auditoria e administração hospitalar, já foi diretor clínico do Hospital da Unimed em Joinville.



Desde que assumiu a administração da maternidade, que melhorias o senhor conseguiu implementar?

Pereira – Eu entrei em abril de 2011. Enxergo as melhorias estruturais, como a reforma da calçada externa com a colocação do gradil dos muros; a pintura em toda a maternidade; o término da reforma do centro cirúrgico que estava parado havia um ano e meio; a nova subestação de energia com um grupo gerador novo e o uso do *nobreak* que permite mais estabilidade da rede; a reforma da UTI neonatal; e a ampliação da sala de recuperação pós-anestésica. Houve também a substituição de todo telhado da maternidade, obra que deve ficar pronta até a metade deste ano.

E na gestão, quais mudanças o senhor percebe?

Pereira – O foco da gestão sempre é a organização da assistência à mãe, ao bebê e à família por meio do aprimoramento constante de processos e da rotina médica. Conseguimos expandir as residências médicas aqui dentro. Este também é o terceiro ano da residência multiprofissional, que envolve enfermagem, psicologia e nutrição. Recebemos pessoas de várias partes do País aqui. Este tipo de residência é a primeira em Santa Catarina. A instituição hoje é referência em banco de leite, no Projeto Método Canguru e em gestação

de alto risco. Os municípios da região Nordeste de SC se consultam aqui. Este reconhecimento é reflexo da gestão. Inclusive, no ano passado, fui a Brasília receber o Prêmio Dr. Pinotti – Hospital Amigo da Mulher, concedido pela Câmara de Deputados.

De que forma o senhor pretende dar continuidade a este trabalho reconhecido da maternidade?

Pereira – Com a busca incessante por melhorias no serviço de assistência. Mantendo o nosso foco em pesquisa junto à equipe de residência médica, valorizando os trabalhos científicos. E também, cada vez mais, trabalhando de maneira integrada com os hospitais de Joinville, como o Regional e o Infantil. Por meio desse trabalho em rede, a intenção é diminuir o custo e transformar vocações de excelência em casa dessas unidades. Acho que a Rede Cegonha, projeto do Ministério da Saúde implantado na MDV em 2013, é um projeto que procura assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção à gravidez humanizada. Este plano é o norte do nosso trabalho. Trabalhamos pensando em humanização. Fomos o primeiro hospital a admitir as doulas. Inclusive, fui à assembleia da Comissão de Saúde no ano passado defender a importância dessa participação para as mães. Criamos os critérios

para que essas mulheres frequentassem a maternidade. Isso virou inspiração para uma lei estadual que permite doulas na hora do parto. Para continuidade do trabalho, a atenção sempre será voltada ao triângulo mãe, bebê e família.

é induzido se a mãe chegar à 40ª semana e não entrar em trabalho de parto. Então, ela é internada para induzir o parto normal, que é a forma fisiológica de o bebê nascer. Mas essa indução é assistida, existe um acompanhamento para isso. Por exemplo, ver se há dilatação na mulher e como o bebê está reagindo à medicação. As vezes, em casos isolados, acontecem fatalidades – que consideramos uma tragédia. Pode acontecer um descolamento de placenta que não foi identificado imediatamente, por exemplo, que resulta em uma fatalidade. Trabalhamos exaustivamente para que isso não aconteça. Mas dizer que forçamos o parto normal, isso é uma inverdade, até porque a maternidade tem 32% de índice de cesáreas, acima do que pede o Ministério da Saúde. Entretanto, na hora do parto, existem protocolos de observação da evolução da paciente. O médico plantonista acompanha a grávida e é ele quem define, de acordo com o caso, se é necessária a cesariana ou não. O nosso índice de mortalidade neonatal é de um a cada 5,5 mil nascidos, até um ano de idade. Isso é baixíssimo se comparado a outros lugares do País. Temos dentro da Darcy Vargas a comissão de ética médica e de enfermagem, temos ouvidoria. Tudo isso para contribuir para que os trâmites e rotinas sejam serviços de excelência.

“
O foco da gestão sempre é a organização da assistência à mãe, ao bebê e à família por meio do aprimoramento constante de processos e da rotina médica.”

“
Por que o parto normal é incentivado? Por que as complicações de uma cesariana, muitas vezes, são piores, já que colocam em risco a saúde da mãe.”

Diário Catarinense Estela Benetti

Entrevista / Sérgio Gargioni / Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa / Confap / Fundações e Amparo à Pesquisa de Santa Catarina / Fapesc / Inovação / Sinapse de Inovação / Alvaro Prata

“Temos o melhor ecossistema de inovação do Brasil”

ENTREVISTA

Ao encerrar a gestão na presidência do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), o engenheiro mecânico e professor da UFSC Sérgio Gargioni, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa de SC (Fapesc), faz um balanço da gestão.



Como foi sua gestão no Confap nestes tempos de poucos recursos?

O Confap congrega as fundações de amparo à pesquisa de todos os Estados, menos Roraima, onde não há. Todas têm autonomia administrativa e a maioria investe de 0,5% a 1% da receita líquida do Estado. Diante da dificuldade de recursos, houve um movimento das agências nacionais e internacionais de buscar parceiros. Nesse período, fizemos mais de 10 acordos internacionais com Inglaterra, EUA, Itália, Rússia, Irlanda e Suíça. O Confap se tornou mais reconhecido no mundo todo.

Quais foram os principais acordos firmados?

Em outubro, assinamos um acordo entre sete países, o Brasil e mais seis, com a comunidade econômica europeia. Fomos o único país da América Latina. Por meio dele, hoje há um edital aberto que tem espaço para colocar 300 pesquisadores brasileiros nos melhores projetos financiados pela comunidade europeia. Há três anos, firmamos um acordo com o Fundo Newton, da Inglaterra. Ele mantém isso

com 15 países. Em oito meses conseguimos aplicar 3 milhões de libras deles e 3 milhões de libras nossos e participar em mais de 50 projetos.

Sua presença no Confap facilitou a difusão do programa

Sinapse da Inovação no Brasil?

Santa Catarina ganhou mais visibilidade. Quando alguém procurava o Confap, tinha que ligar para SC porque o presidente era daqui. Nosso trabalho também ajudou na projeção do modelo catarinense de inovação que está sendo exportado. Este ano, vamos fazer a sexta edição do Sinapse de Inovação (programa pelo qual o governo do Estado financia novas empresas com R\$ 50 mil a fundo perdido). Mas ele já é operacional no Amazonas e no Espírito Santo. As fundações estaduais do Mato Grosso e Alagoas também estão interessadas. Além disso, Ministério da Ciência e Tecnologia, Finep e CNPq estão nacionalizando esse programa, projeto que tem à frente o professor Alvaro Prata (UFSC). A Fundação Certi, que operacionaliza em AM e ES deve ter um papel importante nessa difusão nacional.

Qual é a importância do programa?

Alemanha, Reino Unido e outros países falam sobre como transformar conhecimento em inovação para a economia. É isso que o Sinapse faz. Esse modelo, dado a cultura empreendedora do Estado, foi fácil de implementar.

SERGIO GARGIONI

Presidente da Fapesc

Temos 12 universidades e espírito empreendedor na academia. Um estudante faz doutorado e, se não consegue emprego, abre o próprio negócio na área de pesquisa. Temos o melhor ecossistema de inovação do Brasil. Contamos com incubadoras, aceleradoras, fundos de investimentos e bancos de apoio. Nas cinco edições do Sinapse da Inovação criamos 400 novas empresas. Essas empresas têm no mínimo dois sócios, que são dois empreendedores e oferecem dois empregos diretos, em média.

Pode dar exemplos?

No ano passado, quatro grandes empresas da Alemanha contrataram uma entidade de Berlim para buscar no mundo pequenas empresas inovadoras, que tivessem a ver com seu negócio e pudessem ir para lá. Das 15 empresas selecionadas de todo o mundo, cinco eram de SC. Após seis semanas na Alemanha patrocinadas por essas grandes empresas houve uma apresentação em Berlim. O primeiro lugar foi de uma startup de Chapecó que criou um sistema de monitoramento de refrigeração em cadeias produtivas, já utilizado pela Aurora Alimentos. A empresa alemã que se interessou foi a Henkel, para uma unidade de produtos químicos. Além disso, entre as empresas apoiadas pelo governo de SC que se destacam hoje no mercado nacional estão a Welle Laser, Resultados Digitais e Nanovetores. Das 100 empresas da única edição do Sinapse, 50 eram de pessoas que estavam fazendo doutorado. Muitas têm mercado em SC.

Diário Catarinense - Estela Benetti "Sabores da Ilha codificados há dois séculos"

Sabores da Ilha codificados há dois séculos / Florianópolis / Major Antônio José de Freitas Noronha / Batalhão colonial / Flora catarinense / Amoras / Jabuticabas / Jambo / 1º Batalhão de Linha de Santa Catarina / Manuscritos / Botânica / Ilha de Santa Catarina / Coronel Joaquim Xavier Curado / Dona Maria I / Marli Cristina Scomazzon / Jeff Franco / Daniel de Barros Falkenberg / Livro / História Natural da Ilha de Santa Catarina – o códice de Antônio José de Freitas Noronha / Editora Insular / Departamento de Botânica / UFSC / Roseli Mosimann / Ademir Reis / Ilha da Madeira / Desterro / Banana angá / Bacupari / Jaracatiá / Timbó peba

SUA VIDA | PATRIMÔNIO NATURAL

DIÁRIO CATARINENSE, SÁBADO E DOMINGO, 15 E 16 DE ABRIL DE 2017. 27

Sabores da Ilha codificados há dois séculos

PESQUISADORES DESVENDAM MANUSCRITOS de plantas de Florianópolis feitos pelo major Antônio José de Freitas Noronha, do batalhão colonial, em 1803. Achados foram reunidos em livro, lançado nesta semana

CRISTIAN WEISS
Cristian.weiss@diariocatarinense.com.br

Adivinhe qual é a fruta. De uma árvore de cujo cerne se tira tinta amarela, que se colhe em janeiro e, para comê-la inteira, primeiro se lava o leite que ela tem, sem esbrugar? Ou que tal provar do fruto colhido em dezembro, que podemos ingerir inteiro, menos a casca, e da qual mesmo que os caroços escorreguem pela garganta, não faz mal algum? Já pensou em provar aquele da árvore que cresce mais de 20 palmos, colhe-se em dezembro, come-se toda – exceto o caroço – e deixa a boca cheirando a russas? As descrições da flora catarinense, ainda que pequem na falta de detalhes ou na precisão, se referem, respectivamente, a amoras, jabuticabas e jambo. Foram registradas pela primeira vez em 1803, pelo major do 1º Batalhão de Linha de Santa Catarina, Antônio José de Freitas Noronha.

Ao registrar em manuscritos e desenhos feitos em aquarela, que deram origem a 38 códices, Noronha foi pioneiro em catalogar a botânica da Ilha de Santa Catarina e parte do território catarinense. Cinco anos antes da chegada da família real portuguesa ao Brasil – que se estabeleceu em 1808 no Rio de Janeiro –, o então governador da Capitania de SC, coronel Joaquim Xavier Curado, teve um estalo de oportunidade. Como sabia que a rainha Dona Maria I tinha interesse em fomentar pesquisas de botânica para desenvolver a agricultura, encarregou Noronha, a quem considerava bom subordinado e inteligente, a catalogar a flora local.

Noronha era leigo, mas havia tido lições de desenho no exército. Os códices receberam do militar uma breve descrição de 38 espécimes. O trabalho do desbravador, no entanto, não teve reconhecimento na época e foi esquecido. Pouco mais de 100 anos depois, Marli Cristina Scomazzon, Jeff Franco e Daniel de Barros Falkenberg reuniram as figuras no livro *História Natural da Ilha de Santa Catarina – O códice de Antônio José de Freitas Noronha* (Editora Insular, 110 páginas), lançado quinta-feira.

A obra reproduz os originais de Noronha e acrescenta fatos históricos a respeito da dura vida na Ilha de Santa Catarina, e traz uma análise de Falkenberg, professor do Departamento de Botânica da UFSC, sobre os acertos e as imprecisões do militar.

– Ele foi o primeiro a tentar classificar, nomear e registrar o que se tinha naquela época. Levando em conta que o primeiro registro botânico das árvores nativas da Ilha de Santa Catarina só foi feito em 1970 por Roseli Mosimann e Ademir Reis, 170 anos depois, Noronha foi pioneiro – atesta Marli.

MISSÃO DE EXPLORAR AS RIQUEZAS DO ESTADO

O militar nascido na Ilha da Madeira em 1744 chegou a Desterro aos sete anos. Com a família, escapou da fome para tentar a sorte do outro lado do Atlântico. Só receberia a missão de esquadrihar a flora local cinco décadas mais tarde.

Não há clareza se Noronha apenas levantou a vegetação da Ilha ou se avançou no interior do Estado. Essa dúvida é levantada pelo professor Falkenberg, quando se depara com uma figura do pinhão e de duas espécies referidas como do campo: araçá-pequeno e camarinha-branca.

Noronha recebeu outras missões, como explorar o sertão catarinense. Por isso, Marli acredita que ele tenha aproveitado as incursões para incluir mais exemplares à pesquisa. Numa dessas viagens, fez o reconhecimento do rio do Braço e do Ribeirão, em Nova Trento, que também é chamado de Alferes, em homenagem ao posto que Noronha ocupava. Noronha morreu em 1814, em Desterro, aos 70 anos.

Os autores acreditam que os manuscritos, preservados em bom estado no Museu Nacional de Portugal, tenham sido encaminhados à corte portuguesa na época. Como ao retornar à Europa em 1821 a família real levou consigo boa parte do acervo da biblioteca, esse deve ter sido o destino do material.

Contribuição relevante, apesar da inexatidão

Nos registros do militar aparecem frutas pouco conhecidas ou acessíveis hoje em dia em Santa Catarina, como a banana angá, o bacupari, jaracatiá e o timbó peba. E, ainda assim, mesmo após a publicação do livro, os autores foram surpreendidos:

– A timbó peba, por exemplo, achei que era um tipo estranho, raro. Mas fiz uma entrevista na rádio CBN Diário e uma pessoa falou que conhecia e que ainda existe no Sertão do Imarú, em São José, na mata virgem – afirma Marli.

O professor Falkenberg faz uma ressalva às imprecisões de Noronha na descrição das plantas. Por vezes, o militar erra na altura máxima do pé e no desenho de certas espécies. Um exemplo é a descrição do araçá grande, que na explicação de Noronha tem até 25 palmos de altura (cerca de seis metros), mas na verdade passam de 15 metros.

Apesar das inconsistências, a obra de Noronha foi importante para o registro da botânica em Santa Catarina. “A impressionante compilação de Noronha reuniu informações botânicas ainda indisponíveis na época com uma boa qualidade artística, o que ressalta a grande originalidade de sua obra, num período em que a botânica brasileira ainda dava seus primeiros passos, mesmo nas poucas províncias mais desenvolvidas”, escreve Falkenberg. Para os autores, a pesquisa abre espaço para que outros estudiosos aprofundem o tema.

Noronha pintou em aquarelas e catalogou 38 tipos de frutas encontradas na Ilha, como: do conde (1), camarinhas brancas (2), angá (3), maracujá (4), camarinhas pretas (5) e bacupari (6).



Diário Catarinense - Carlos Damião "BR-282, um desafio de dois séculos da engenharia"

BR-282, um desafio de dois séculos da engenharia / Antônio Carlos Werner / Tráfego / BR-101 / Livro / Caminhos da Integração Catarinense – Do caminho das tropas à rodovia BR-282 / Florianópolis / Lages / DER / Departamento de Estradas e Rodagem / Deinfra / Departamento Estadual de Infraestrutura / UFSC / Toni Vidal Jochem / Maria Amábiles May Werner / Academia Catarinense de Letras / Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina / Antônio Carlos Konder Reis / Antônio José da Costa / Código Florestal / Esperidião Amin



Carlos Damião

carlosdamião@gmail.com
twitter:@damião_ND



Acompanhe a coluna no NDOnline

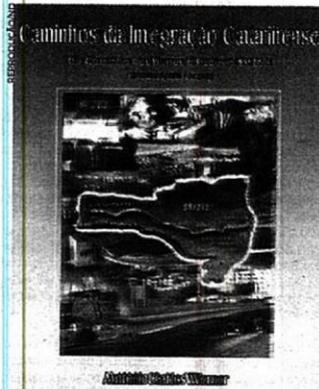
22. NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 15 E 16 DE ABRIL DE 2017

BR-282, um desafio de dois séculos da engenharia

Obra do engenheiro Antônio Carlos Werner resgata a história da ligação rodoviária Leste-Oeste

Via Expressa da BR-282. Os moradores da Grande Florianópolis se acostumaram a essa denominação desde a década de 1980, quando a alternativa viária foi criada para ligar a Capital à BR-101. Antes, o único caminho era pelas já trancadas vias do Estreito e Barreiros. No tempo da implantação, havia a previsão de que o estrada suportaria o crescimento do tráfego de veículos por pelo menos duas décadas. Foram-se os 20 anos e o que se vê no dia a dia é uma ligação chamada, com justa razão, de "Via Estressa".

Mas por que BR-282, ainda mais com apenas sete quilômetros, sendo que para ingressar em sua continuação é preciso percorrer mais de 20 quilômetros da BR-101, no município de Palhoça? Porque a ideia do governo federal, nos anos 1970, era fazer com que a sequência da BR-282 passasse sobre a 101 (onde termina, no trecho josefense) e prosseguisse por vários bairros do interior de São José até Palhoça. Mas a falta de vigilância e de recursos, problemas com desapropriações e a explosiva expansão urbana impediram que o projeto se concretizasse. Por isso temos esse fatiamento da estrada Leste-Oeste, cuja primeira concepção data do fim do século 18.



Capa do livro, pouco conhecido entre os catarinenses: exemplares remanescentes serão doados para entidades culturais

A saga da estrada

Toda a história da ligação Leste-Oeste catarinense está no livro "Caminhos da Integração Catarinense – Do Caminho das Tropas à Rodovia BR-282 (Florianópolis – Lages)", resultado de mais de 40 anos de pesquisas do engenheiro civil Antônio Carlos Werner (1926-2001), profissional de carreira do DER (Departamento de Estradas e Rodagem), hoje Deinfra (Departamento Estadual de Infraestrutura) e professor de Estradas na UFSC. Werner deixou a obra com 90% dos originais preparados, incluindo fac-símiles de mapas preciosos, documentos e imagens. A edição, com 415 páginas, foi finalizada pelo historiador Toni Vidal Jochem, e o livro, impresso em 2004 por iniciativa da viúva Maria Amábiles May Werner, com apoio de amigos do antigo DER-SC.

Não houve um lançamento formal, e dezenas de exemplares ficaram estocados na residência de Amábiles, falecida em 2010. Familiares do casal estão dando um destino adequado a esses exemplares: parte do tiragem remanescente será doada nos próximos dias à Academia Catarinense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, para utilização em pesquisas.



Antônio Carlos Werner (apontando), quando era diretor do DER, na gestão do governador Antônio Carlos Konder Reis (à esq.). Na imagem, de 1977, está também o atual deputado federal Esperidião Amin (à dir.), à época prefeito da Capital

Pesquisador incansável

Antônio Carlos Werner era um pesquisador dileitante, custeava suas atividades – inclusive viagens internacionais – com recursos próprios. Obstinado pela missão de contar a história do Caminho das Tropas, que começava em São José, seguiu pelo atual município de São Pedro de Alcântara e serpenteava a serra até Lages, no Planalto. De rigorosa formação humanista, dos tempos em que a engenharia era muito mais do que um curso técnico, Werner se preocupou com o rigor da informação. Foi a fontes primárias, no Brasil e no exterior; buscar os dados sobre a empreitada do desbravador Antônio José da Costa, considerado um verdadeiro herói na implantação inicial da estrada, entre 1787 e 1790, cujo trajeto sofreu inúmeras alterações (variantes)

durante o século seguinte. As "tropas" que percorriam o caminho conduziam o gado para comercialização. Depois, o caminho serviu para escoar a produção de madeira, em especial o pinheiro, até a edição do Código Florestal, em 1965. Enquanto diretor do DER, o engenheiro foi responsável pelo primeiro trecho da BR-282, em meados da década de 1970. Esse pedaço da estrada surgiu no interior do município de Bom Retiro, não por acaso a cidade natal de Werner. A rodovia só foi finalizada entre 1985 e 1986, graças à intervenção do então governador Esperidião Amin, hoje deputado federal do PP, que encarou o imenso desafio de concretizar a integração definitiva da Capital com o interior, sendo que abrange pelo menos seis municípios da Região Metropolitana.

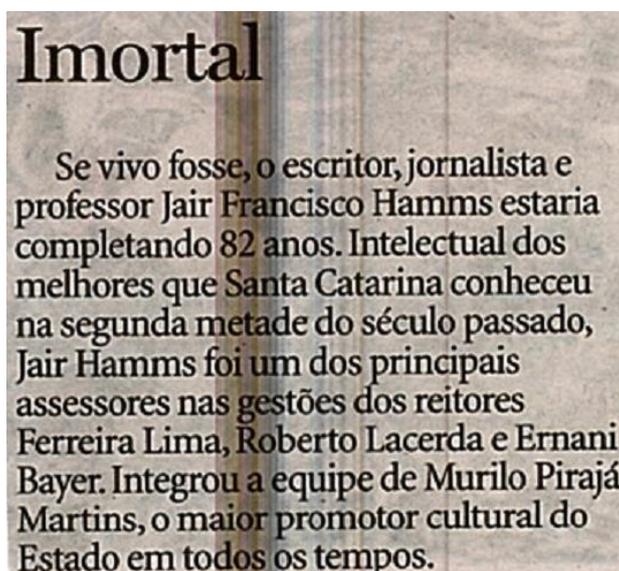
Diário Catarinense
Moacir Pereira
"Imortal"

Imortal / Jair Francisco Hamms / Santa Catarina / Ferreira Lima / Roberto Lacerda / Ernani Bayer / Murilo Pirajá Martins



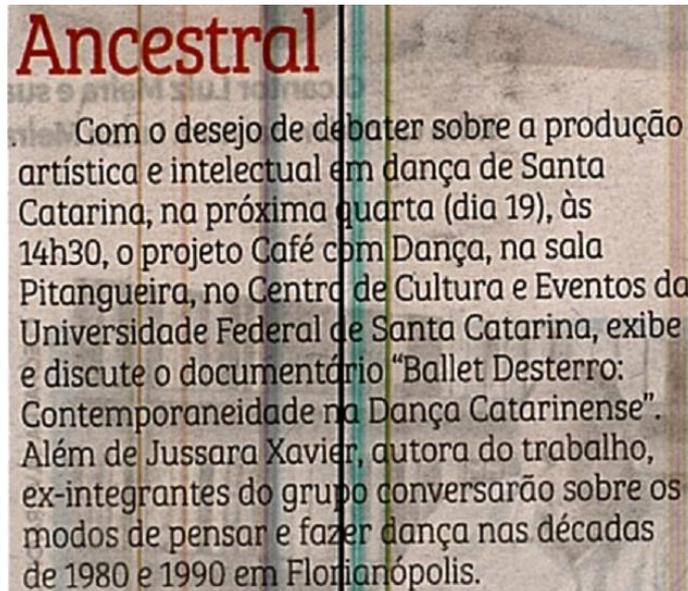
A Notícia
Moacir Pereira
"Imortal"

Imortal / Jair Francisco Hamms / Santa Catarina / Ferreira Lima / Roberto Lacerda / Ernani Bayer / Murilo Pirajá Martins



Notícias do Dia
Néri Pedroso
"Ancestral"

Ancestral / Dança / Santa Catarina / Projeto Café com Dança / Centro de Cultura e Eventos / Universidade Federal de Santa Catarina / Ballet Desterro: Contemporaneidade na Dança Catarinense / Jussara Xavier



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

15/04/2017

[Animais não devem comer chocolate](#)